

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

ENSINO DE ACESSORIA DE IMPRENSA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO

Carmen Lucia Ribeiro Pereira¹

Washington Roberto dos Santos²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o mapeamento da implantação do ensino de Assessoria de Imprensa no Rio de Janeiro, buscando diagnosticar a nova realidade trazida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais no Jornalismo – (Resolução CNE/CES N° 1, de 2013), que pela primeira vez inclui a Assessoria de Imprensa nos instrumentos do ensino do Jornalismo. O caminho metodológico adotado é empírico, descritivo, com sustentações teóricas ancoradas em autores e documentos que refletem o ensino do Jornalismo e abordam o ensino de Assessoria de Imprensa ou fazem pontes que nos permitem refletir sobre nosso objeto de estudo. Os resultados não são conclusivos, mas sinalizam que é necessário um esforço das instituições de ensino e dos pesquisadores para fortalecer o ensino de Assessoria de Imprensa.

PALAVRAS-CHAVE

Assessoria de Imprensa. Ensino. Diretrizes Curriculares. Jornalismo

1. À GUIA DE INTRODUÇÃO

Nosso interesse pela área e disciplina de Assessoria de Imprensa vem de longe. Inicialmente pela prática profissional no Jornalismo e depois pela atividade na docência do Ensino Superior. Tem sido importante a nossa participação em inúmeros Encontros de Assessores de Imprensa (ENJAI), promovidos pelo

¹ Doutora em Memória Social (UNIRIO), Mestre em Ciências Políticas (PUC-Rio), Jornalista (UFF), Professora de Jornalismo (Unicarioca), integrante do projeto de pesquisa “As Novas Diretrizes Curriculares do Jornalismo e o Ensino de Assessoria de Imprensa”, sob a coordenação de Valci Regina Mousquer Zuculoto (UFSC).
CV: <http://lattes.cnpq.br/9839641789501943>. Email: rpbastos@uol.com.br

² Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Docência do Ensino Superior, pela UFRJ, foi professor nos Cursos de Jornalismo da Universidade Estácio de Sá, Facha e Unisuam. Assessor de Comunicação Social da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES).
CV: <http://lattes.cnpq.br/4989528626922194>. Email: washington.santos@globo.com



Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Nesses eventos foram construídos coletivamente não só o perfil do jornalista-assessor de imprensa – marca do modelo de Assessoria de Imprensa no Brasil³ –, mas também o clássico Manual de Assessoria de Imprensa⁴ – ferramenta de trabalho e instrumento de consulta dos profissionais e pesquisadores que atuam na área.

O artigo aqui apresentado está inserido nos estudos que vimos realizando no grupo de pesquisa “As Novas Diretrizes Curriculares do Jornalismo e o Ensino de Assessoria de Imprensa”, que busca diagnosticar a nova realidade trazida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais no Jornalismo – (Resolução CNE/CES Nº 1, de 2013), que pela primeira vez inclui o ensino de Assessoria de Imprensa nos instrumentos do ensino do Jornalismo. Além disso, o cenário atual de pandemia de Covid-19 nos instiga a pensar nos impactos ainda não dimensionados na prática profissional, no ensino, extensão e pesquisa, estimulando a reflexão sobre mudanças que já estavam em curso e que certamente vão impactar o futuro do Jornalismo.

Fortaleceu nossa observação sobre a importância da Assessoria de Imprensa no atual contexto de crise sanitária e de intensificação do trabalho em casa a publicação de Ferrareto e Morgado (2020: 16). Ao produzirem um guia prático para enfrentar a crise, os autores destacam o papel das assessorias de imprensa. *“Com a migração para o home office, materiais em áudio, fotografia e vídeos fornecidos por assessorias de comunicação tornaram-se fundamentais para o cotidiano de quem trabalha com o jornalismo”.*

³ Tomamos como referência os exemplos apontados por Carlos Chaparro. Segundo ele, “O Brasil começou a implementar, em 1980, a ruptura entre assessoria de imprensa e suas raízes de relações públicas, criando e consolidando uma experiência de assessoria de imprensa jornalística única no mundo” (CHAPARRO in DUARTE, 2011: 17)

⁴ Em 1986, a Fenaj lançou o Manual de Assessoria de Imprensa que se tornou referência ao legitimar e balizar a prática de assessoria de imprensa como atividade de comunicação especializada a ser executada exclusivamente por jornalistas. (DUARTE, J. 2011: 64)



O objetivo específico desta etapa da pesquisa que trazemos nesse artigo é o de buscar um diagnóstico da nova realidade do ensino de Assessoria de Imprensa nos Cursos de Jornalismo no Estado do Rio de Janeiro (especificamente na Região Metropolitana: Rio, Niterói, São Gonçalo e Baixada Fluminense). O caminho metodológico adotado é empírico, descritivo, com sustentações teóricas ancoradas em autores e documentos que refletem o ensino do Jornalismo e abordam o ensino de Assessoria de Imprensa ou fazem pontes que nos permitem refletir sobre nosso objeto de estudo. Assim, para situarmos o ensino de Assessoria de Imprensa, trazemos momentos relevantes da trajetória do ensino do Jornalismo no Brasil, visando identificar as possíveis influências na criação dos Cursos de Jornalismo. A seguir, nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), procuramos destacar o que, no nosso entendimento, diz respeito ao ensino de Assessoria de Imprensa. O passo seguinte foi a construção de um instrumento para consulta aos cursos de Jornalismo no Rio de Janeiro sobre o ensino de Assessoria de Imprensa, visando conhecer como as instituições de educação estão sendo impactadas pela implantação das DCNs (Resolução CNE/CES Nº 1, de 2013), considerando que tiveram o prazo máximo de dois anos para a implantação das referidas diretrizes. As considerações finais que trazemos não são conclusivas, pois trata-se de um estudo preliminar, com poucas referências sobre o tema em tela. Mas mesmo assim podemos destacar que as instituições de ensino do Rio de Janeiro já haviam implantado a disciplina Assessoria de Imprensa antes mesmo das novas DCNs. O corpo docente tem aderência para ministrar a disciplina e, além do estágio na área de Assessoria de Imprensa, algumas instituições oferecem projetos de extensão. Mas ainda é necessário um esforço para o ensino de Assessoria de Imprensa ocupar lugar de destaque no ensino, pesquisa e extensão.

2. DCNs DO CURSO DE JORNALISMO

O cenário do ensino de Assessoria de Imprensa deve considerar questões externas à educação, que vêm determinando a trajetória do ensino do





Jornalismo no Brasil. A volta do Jornalismo como curso independente, e não mais como habilitação do Curso de Comunicação Social, era uma aspiração antiga dos jornalistas. Derrotados em 1999, não deixaram de lutar pelo Curso de Jornalismo independente – mesmo quando as Diretrizes do Curso de Comunicação foram editadas, substituindo a Resolução do MEC nº 002/84, que instituiu o último Currículo Mínimo para o Curso de Comunicação Social, em 1984. Naquele momento, não foi acolhida a proposta formalizada junto ao Ministério da Educação para a volta do Curso de Jornalismo. Da década de 1940 até os dias atuais, houve quatro currículos, cinco currículos mínimos e duas diretrizes curriculares. Em menos de 70 anos, o ensino de Jornalismo teve onze documentos de referência para as instituições de educação.

Para a compreensão desta disputa política ancoramos nossa reflexão no que Pollack (1998) chamou de memórias subterrâneas, que se opõem à memória oficial. O silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que consegue invadir o espaço público, esclarece o pesquisador. Recorremos a Meditsch (2015), que refaz o percurso histórico do que ele chama de história secreta do ensino de Jornalismo no Brasil, como ponte para explicar a construção das DCNs para o Curso de Jornalismo, homologadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2013. Como já tinha feito em “Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo” (1999), o pesquisador analisa como a instrumentalização do ensino de Jornalismo pela política externa norte-americana é quase tão antiga quanto esta área acadêmica. Com o nome de escolas de Comunicação Social, sob a influência do Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo para a América Latina (Ciespal), a ciência da liberdade, associada ao ideal democrático, deu lugar a uma nova ciência do controle social. Esse ideal perdido no tempo inspira as novas DCNs, garante Eduardo Meditsch, um dos cinco integrantes da Comissão de Especialistas instituída pela Portaria MEC Nº 203/2009, de 12 de



fevereiro de 2009, que assessorou o Ministério da Educação na elaboração das novas diretrizes⁵.

O professor Marques de Melo, presidente da citada Comissão de Especialistas, durante encontro sobre o tema promovido pela Socicom na ECA-USP, em fevereiro de 2014, registrou que “*o sentido das novas diretrizes é adequar os cursos à necessidade da sociedade brasileira de formar jornalistas capacitados a lidar com os desafios colocados para a profissão neste momento histórico da democracia brasileira*”. (MEDITSCH, 2015: 73)

Em nossa ótica, entre inúmeras questões desafiadoras está o ensino de Assessoria de Imprensa, que nunca esteve formalmente contemplado em orientações do Estado (Ministério da Educação) – quer nos currículos, currículos mínimos e nas Diretrizes de Comunicação Social.

Voltando ao percurso do ensino de Jornalismo, consultamos Antonioli (2014), que, na perspectiva da legislação educacional, faz um panorama histórico do ensino de Jornalismo no Brasil, pouco depois da homologação das novas diretrizes. A pesquisadora evoca logo no início do seu artigo que:

Os cursos de Jornalismo, assim como os demais cursos superiores no Brasil, desde que foram criados, estão subordinados ao Estado, no que se refere aos protocolos de autorização e reconhecimento, bem como às determinações do tempo de duração e constituição curricular. (ANTONIOLI, 2014: 183)

Registra, ainda, que o curso de Jornalismo foi criado em 1943, mas que o primeiro currículo só foi instituído pelo curso da Cásper Líbero (SP), em 1946. Outros três currículos foram instituídos pelos governos nos anos de 1948, 1949 e 1950.

O currículo de 1946 privilegiou o jornalismo impresso, embora o rádio já estivesse presente no país desde a década de 1920 e, nos anos de 1930, já fosse comercial. O currículo de 1948, de certa forma, corrigiu essa ausência com a disciplina Radiodifusão no terceiro ano. O de 1949 contemplou três seções, a de formação, a de aperfeiçoamento e a de

⁵ A comissão era integrada por cinco especialistas: José Marques de Melo (presidente), Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira.



extensão cultural. E o de 1950 alterou a denominação da disciplina Radiodifusão para Radiojornalismo. (ANTONIOLI, 2014: 183)

Vale observar que o retardo do ensino em relação ao mercado profissional vem de longe como sinaliza a pesquisadora. Ela aponta que o mesmo se deu em relação ao ensino do Telejornalismo e verificamos também que o mesmo ocorreu com a Assessoria de Imprensa.

Com a criação dos currículos mínimos pelo Ministério da Educação, o curso de Jornalismo teve dois instrumentos oficiais (1962 e 1966). O currículo mínimo de 1962 criou a disciplina Técnica de Rádio e Telejornal. O de 1966 ampliou o número de disciplinas e as categorizou em gerais ou de cultura geral, especiais ou instrumentais, técnicas ou de especialização (ANTONIOLI, 2014: 184).

Em 1969 o Curso de Jornalismo passou a ser uma habilitação do Curso de Comunicação Social e contou com três currículos mínimos. No de 1969 foi previsto o aprofundamento das técnicas de jornalismo impresso, radiofônico, televisado e cinematográfico. No de 1978 foi incluído o projeto experimental a ser realizado no último semestre do curso, com laboratório disponível pela instituição de ensino. No último currículo mínimo (1984) foram descritas as ementas de todas as disciplinas, assim como de todos os equipamentos necessários aos laboratórios de: redação, planejamento gráfico, fotográfico, de radiojornalismo, de telejornalismo, hemeroteca e jornal-laboratório (ANTONIOLI, 2014: 184).

Posteriormente, houve uma modificação na estrutura do ensino no país. Os currículos mínimos impostos pelo Estado deixam de existir, determinando uma abertura por parte do governo federal, que transferiu a responsabilidade pela qualidade do ensino às instituições educacionais. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no que diz respeito à autonomia universitária, é determinado que às universidades cabem “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (Inciso



II do Art. 53). Cabe à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC, para os cursos de graduação. Antonioli (2014: 185) chama a atenção que “Apenas no ano de 2001 é que as instituições ganharam liberdade para compor os currículos de seus cursos, ocasião em que as Diretrizes Curriculares Nacionais de Comunicação Social foram publicadas”.

As Diretrizes Curriculares de Comunicação Social transferiam ao projeto pedagógico do curso o seu detalhamento. Saímos das amarras do currículo mínimo, mas a formação do jornalista continuou como habilitação da área de Comunicação Social. A pressão das instituições profissionais e acadêmicas não foi suficiente para a volta ao Curso de Jornalismo. Em 1999, em seminário ocorrido na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, organizado e promovido conjuntamente pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), Observatório da Imprensa e Grupo de Trabalho de Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), foi formalizada a proposta para o retorno do Curso de Jornalismo. Mas esta não foi contemplada e o ensino de Jornalismo continuou a ser oferecido como habilitação da área da Comunicação Social.

Por conta da disputa relativa ao lugar do ensino do Jornalismo – curso independente ou habilitação do Curso de Comunicação Social – questões específicas, como o ensino de Assessoria de Imprensa, estiveram fora dos instrumentos oficiais. Dois outros aspectos merecem ser considerados, ambos no mercado de trabalho: a disputa entre jornalistas e relações públicas pela hegemonia do exercício profissional na Assessoria de Imprensa a partir da década de 1980⁶ e a posição da ABRACOM – Associação Brasileira das Agências

⁶ No campo profissional, a presença dos jornalistas desde os anos de 1980 contribuiu para um modelo de assessoria de imprensa com forte presença dos jornalistas, diferentemente do praticado nos Estados Unidos e na Europa, com a presença preponderante de Relações Públicas. Isso provocou o debate que ainda não se esgotou de quem deve ser o assessor de imprensa, se o jornalista ou o profissional de Relações Públicas. Concordamos com Chaparro (2004) que afirma que “pela notícia as instituições agem e interagem no mundo”, complementando que o produtor do conteúdo dessa notícia deve ser um jornalista formado para defender a democracia e não o controle social. (MEDITSCH, 2015)



de Comunicação – em defesa de um modelo de internacionalização que privilegia as Relações Públicas⁷.

3. ENSINO DE ASSESSORIA DE IMPRENSA – UM DESAFIO

Mas, antes de abordarmos especificamente o ensino de Assessoria de Imprensa, é necessário tratarmos o que preconiza as atuais DCNs para o Curso de Jornalismo. Cabe ressaltar que foge do nosso objetivo fazer uma análise completa do novo instrumento. Trataremos dos pontos que direta ou indiretamente, no nosso entendimento, dizem respeito à Assessoria de Imprensa. Começamos pelo Perfil do Egresso que resume, em linhas gerais, qualificações, habilidades e competências dos estudantes do Curso de Jornalismo em todas as funções a serem exercidas no mercado de trabalho, inclusive a de Assessor de Imprensa. A seguir, destacamos no Projeto Pedagógico, considerado um instrumento que reflete a proposta educacional da instituição de ensino que deve estar contida no Curso de Jornalismo, os aspectos relacionados à Assessoria de Imprensa. Direcionado ao ensino de Assessoria de Imprensa, vamos abordar as competências e os conteúdos curriculares.

O primeiro ponto da Proposta de Diretrizes Curriculares apresentada no Relatório da Comissão de Especialistas é a Organização do Curso, que deve se assentar sobre seis eixos. São eles:

- I - *ter como eixo do desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;*
- II - *utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando sua articulação com diferentes segmentos da sociedade;*
- III - *promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;*

⁷ Abracom, criada em 2002, é a entidade representativa das empresas que prestam serviços de gestão de relacionamentos estratégicos de comunicação. “O setor de comunicação corporativa no Brasil atua em linha com as principais tendências do mercado internacional de public relations (relações públicas). A Abracom é filiada à ICCO – International Communications Consultancy Organisation (www.iccopr.com), entidade que congrega associações nacionais de empresas de RP em 30 países. O mercado brasileiro destaca-se pelo seu crescimento e por práticas de comunicação que se equiparam aos principais países com tradição de investimento em relações públicas, como os Estados Unidos e a Inglaterra.” <https://www.abracom.org.br/quem-somos/>, acesso 20/9/2020.



JORNALISMO



IV - *inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;*

V - *utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;*

VI - *propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo desde o início de sua formação, estimulando o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia.*

Começamos pelo Perfil do Egresso por que é ele quem deve dar o norte ao Projeto Pedagógico e à Grade Curricular, que trataremos adiante. Articula-se diretamente aos objetivos do curso e às competências e habilidades a serem desenvolvidas para a formação profissional, em função das demandas apresentadas pelo mundo do trabalho, assim como pela formação geral, que visa à contribuição efetiva na melhoria do ambiente social.

O art. 5º, DCNs de Jornalismo, diz que:

O conluente do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social.

Entendemos que a função de Assessor de Imprensa se enquadra no que foi descrito acima, tanto no que diz respeito ao desempenho profissional e à formação acadêmica quanto na sua capacitação, bem como no que diz respeito aos fundamentos teóricos e técnicos especializados. Sendo assim, o egresso do Curso de Jornalismo terá “identidade profissional singular e diferenciada” em relação às demais profissões da área de Comunicação Social.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é considerado o mais importante instrumento de gestão utilizado pelas Coordenações de Curso e por seus Núcleos Docentes Estruturantes – NDE. É ele que define o profissional que objetiva-se formar.



JORNALISMO





O Projeto Pedagógico, segundo as DCNs de Jornalismo, deve ser construído a partir de onze elementos estruturais que na sua elaboração devem observar nove indicativos. Entre eles, destacamos o objetivo relativo à formação de profissionais *“dotados de competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, contribuindo para o seu aprimoramento”* (a, Art. 4º); e

“Aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores por meio da elevação da autoestima profissional, dando ênfase à formação do jornalista enquanto intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos;” (d, Art. 4º).

Destacamos, ainda, o sétimo indicativo, que diz respeito, explicitamente, à função de Assessoria de Imprensa: *“incluir, na formação profissional, as rotinas de trabalho do jornalista em assessoria a instituições de todos os tipos”*. (g, Art. 4º)

No nosso entendimento, a inclusão explícita da função de Assessoria de Imprensa pode ser vista como uma reparação ao que já vem sendo praticado no mercado de trabalho e reivindicado pelas entidades profissionais e acadêmicas do Jornalismo, desde a segunda metade do século XX.

A partir desse novo perfil do egresso e dos indicativos para o projeto pedagógico coerentes com o seu alcance é que são definidas, no Parágrafo Único do Artigo 50, as competências esperadas dos profissionais formados nos cursos (gerais, cognitivas, pragmáticas e comportamentais) e que, segundo Meditsch, não estavam sendo desenvolvidas de maneira satisfatória nos cursos de Comunicação. (MEDITSCH, 2015: 77)



Destacamos nas Competências Gerais quatro dos dezessete aspectos que, no nosso entendimento, devem ser pertinentes, também, à função de assessor de imprensa⁸. São eles:

- “Identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;”
- “Distinguir entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;”
- “Ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas;”
- “Saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação;”

Os dois primeiros aspectos são importantes na formação do assessor de imprensa na adoção dos critérios da notícia, pautados na ética jornalística, para a divulgação dos fatos⁹. E os dois outros aspectos são identificados no mercado de trabalho quando as Agências de Comunicação, por exemplo, montam equipes com conhecimentos e habilidades em diferentes áreas. Assim como saber utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação, que são cada vez mais imprescindíveis na atuação profissional da maioria das áreas.

Nas Competências Específicas, reunidas em três subgrupos (Cognitivas, Pragmáticas e Comportamentais), destacamos no subgrupo das Competências Pragmáticas a elaboração, coordenação e execução de projetos de assessoria jornalística e de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa; que se aplicam à Assessoria de Imprensa. No subgrupo das Competências Comportamentais, reforçando o que foi dito nas Competências Gerais, a imposição do interesse público aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional.

No que diz respeito aos Conteúdos Curriculares, cabe ressaltar que os mesmos não abrangem apenas a organização do conhecimento, mas também as experiências educativas no campo desse conhecimento, devidamente selecionadas e organizadas pela escola. As DCNs do Jornalismo determinam: “*Em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do*

⁸ Não excluímos as demais competências gerais. Nosso objetivo, no entanto, é salientar aspectos que mais se aproximam da função do Assessor de Imprensa e por isso merecem destaque na nossa pesquisa.

⁹ Em tempos de *fake news*, o papel do assessor de imprensa pode ser objeto de um estudo específico.



currículo deve contemplar, no Projeto Pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação”. São eles: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e a prática laboratorial.

No encontro da Socicom em São Paulo (2014) se questionou se os eixos de formação propostos nas DCNs representavam as disciplinas a serem oferecidas, e se já sugeriam certo ordenamento das mesmas. Nem uma coisa nem outra, esclarece Meditsch:

“Os eixos apontam os conteúdos imprescindíveis; mas a forma como serão ministrados, as disciplinas ou outras atividades em que serão contemplados, onde isso vai aparecer na grade, se serão ministrados isoladamente ou reunidos com outros conteúdos interdisciplinarmente, tudo isso fica a critério dos Núcleos Docentes Estruturantes na elaboração dos projetos pedagógicos.” (MEDITSCH, 2015: 84)

Os três primeiros eixos (fundamentação humanística, fundamentação específica e fundamentação contextual) correspondem a 50% do total do curso e dão a fundamentação teórica à questão da prática que será trabalhada nos três seguintes, com o cuidado para que não se estabeleçam novas dicotomias entre os dois blocos, alerta Meditsch (2015: 87).

No debate sobre a prática profissional, no encontro da Socicom, dois outros aspectos foram salientados: o primeiro, de que, como em outras profissões, a graduação deve dar a base para toda a carreira do estudante, e não apenas para o seu primeiro emprego. “Assim, a preparação para a prática deve ter em mente não apenas a formação de repórteres, mas também de todas as funções do jornalismo, inclusive de seu planejamento e gestão.” (MEDITSCH, 2015: 89). O segundo aspecto em relação à formação profissional para a vida inteira que os cursos devem garantir tem a ver com a observação do percurso dos egressos.

Para Meditsch, a falta de clareza teórica sobre o tema dificultou o debate sobre a natureza da Assessoria de Imprensa e sua relação com os fundamentos do Jornalismo. Concordamos com o pesquisador que o debate a respeito dos



problemas teóricos deve estar presente nos eixos que preparam o estudante para a prática.

A Assessoria de Imprensa está presente, explicitamente, em dois eixos dos Conteúdos Curriculares. No eixo de aplicação processual, diz que o currículo tem que

“por objetivo proporcionar ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, garantindo coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.”

E no eixo de prática laboratorial,

“que tem por objetivo desenvolver conhecimento e habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores, integrando os demais eixos, alicerçados em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.”

Nas DCNs os eixos estão apresentados numa ordem lógica, mas isso não deve ser confundido com um ordenamento cronológico a ser dado às disciplinas numa grade curricular. Os Núcleos Docentes Estruturantes deverão montar os currículos de cada instituição, agrupando e ordenando esses conteúdos em disciplinas, com o cuidado de obter o melhor resultado pedagógico, tendo em vista o perfil do egresso e as competências que o alunado deve adquirir no curso. (MEDITSCH, 2015: 92).

A integração curricular deverá valorizar o equilíbrio e a integração entre teoria e prática durante toda a duração do curso, observando os seguintes requisitos: carga horária de 200 horas, no mínimo; atividades laboratoriais a partir do primeiro semestre; conhecimento da realidade nos contextos local e regional.

4. ENSINO DE ASSESSORIA DE IMPRENSA NO RIO DE JANEIRO



Raras são as pesquisas sobre o ensino de Assessoria de Imprensa/Comunicação Social¹⁰. Em 1997, Boanerges Lopes coordenou uma pesquisa intitulada “A realidade do ensino de assessoria de imprensa nos cursos de Comunicação no RJ”, num universo que variou entre 5% e 10% dos cerca de 11 mil alunos (número estimado na época pela Associação Brasileira de Escolas de Comunicação – ABECOM) das então 17 universidades e faculdades de Comunicação do Rio de Janeiro. O segmento de comunicação empresarial concentrava naquele ano o segundo grande bloco de absorção de profissionais atuantes no Jornalismo, servindo de porta de entrada para os recém-formados. As escolas, ao contrário, em sua maioria (60%), não ofereciam disciplinas voltadas para o segmento em seus currículos.

“As escolas que já possuem estão divididas em disciplinas obrigatórias e eletivas, na base de 50% para cada situação, sendo que no segundo caso – optativas – não existe a garantia de permanência em semestres seguidos, o que prejudica e muito a consolidação do aprendizado.” (LOPES, 1997)

A pesquisa fez uma análise comparativa de conteúdos programáticos e entrevistas com professores e/ou profissionais que lecionavam as disciplinas,

“levando-se em consideração aspectos como atualização acadêmica (participação em cursos, congressos, seminários etc.) e profissional, além do desenvolvimento e aprimoramento de estudos sistematizados (especialização, mestrado ou doutorado).” (LOPES, 1997)

Oito anos depois, Lopes (2005) registrou que professores e profissionais reuniram-se durante o 15º Encontro Nacional de Jornalistas em Assessoria de Comunicação (ENJAC), no Rio de Janeiro, no grupo de trabalho sobre Ensino em Assessoria de Comunicação nas universidades brasileiras, procurando fazer um diagnóstico nacional. O jornalista constata que pouco se avançou em relação à realidade encontrada anteriormente no Rio de Janeiro. No documento final do evento foi registrado:

“Na busca pela constante capacitação profissional, defendemos que, entre outras melhorias, os cursos de Jornalismo tenham a cadeira de Assessoria de Comunicação como disciplina obrigatória, que agregue

¹⁰ Em levantamento preliminar, encontramos estudos pontuais sobre o ensino de Assessoria de Imprensa restritos a determinadas instituições de ensino.



ferramentas e elementos relacionados com as novas tecnologias e que tenha interação com a prática do mercado.”¹¹

Diante da escassez de pesquisas e da necessidade dos sindicatos dos jornalistas e da FENAJ conhecerem a realidade do ensino de Assessoria de Imprensa no Brasil, o grupo de pesquisa “As Novas diretrizes curriculares do jornalismo e o ensino de assessoria de imprensa” acolheu nossa pesquisa, que tem como objetivo mapear o ensino de Assessoria de Imprensa no Rio de Janeiro. Foi construído um questionário no formulário Google para consulta às instituições educacionais do Rio de Janeiro. Das 27 instituições do estado do Rio de Janeiro (quatro públicas e 23 privadas), segundo o Censo da Educação Superior (2018)¹², selecionamos 17 IES localizadas nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Seropédica), sendo quatro públicas (três federais e uma estadual) e 11 privadas. A título de identificação foi perguntada a natureza da instituição (pública, privada, outra) e se a disciplina Assessoria de Imprensa era oferecida no currículo anterior às atuais DCNs. Dez instituições de ensino participaram da pesquisa: quatro públicas e seis privadas. Todas informaram que a disciplina era oferecida (“obrigatória”) no currículo anterior às atuais DCNs. As outras opções eram: “não”, “sim (optativa)” e “sim (eletiva)”.

Sobre a Organização Curricular e os Conteúdos Curriculares foi perguntado se no atual currículo a disciplina é “obrigatória”, “optativa”, “eletiva” ou “não é oferecida”. Apenas uma respondeu que a disciplina “não é oferecida”. As demais responderam que a disciplina é “obrigatória”.

A outra pergunta foi se na grade curricular há disciplinas complementares à Assessoria de Imprensa. Sete responderam que “sim” e três, que “não”. Em caso afirmativo, perguntamos quais são as disciplinas e a carga horária. Uma

¹¹ CARTA DO RIO DE JANEIRO - XV ENJAC – ENCONTRO NACIONAL DE JORNALISTAS EM ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO, 2014.

https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/09/XV_ENJAC_Carta_do_Rio_de_Janeiro.doc, acesso 13/9/2020.

¹² BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.



respondeu que oferece cinco outras disciplinas complementares, uma oferece duas e as demais (cinco), apenas uma.

A pergunta seguinte foi sobre a aderência do corpo docente. Nove responderam “sempre”. Apenas um respondeu “não sei”. As demais opções de resposta eram: “às vezes” e “não”.

Sobre o estágio, quatro responderam “sim (mais de 50%)”, quatro “sim (menos de 50%)”; uma respondeu “sim – mas não é possível informar se mais ou menos de 50%” – e a outra, “muitos alunos nossos estão em assessorias, mas não temos um percentual definido”. Não houve respostas para as opções “não” e “não sei”.

Sobre a existência de Projetos de Extensão, sete responderam “não” e três, “sim”. Uma IES respondeu que *“a área é abordada em cursos de pós-graduação”*; outra que é *“um projeto independente, de acordo com a denominação das DCNs, para a prática experimental de assessoria dos alunos em estágio supervisionado que não fazem estágios externos”*. E a terceira que, em formato de observatório, é *“voltado para monitorar tanto fontes responsáveis por divulgar informações de interesse relacionadas à gestão pública em diferentes suportes comunicacionais”*.

Sobre o Trabalho de Conclusão de Curso, a maioria das respostas (oito) foi “sim (menos de 50%)”, uma “sim, mas não é possível informar se mais ou menos de 50%” e uma “não sei”. A opção “não”, não foi assinalada.¹³

Sobre os resultados, mesmo considerando que a amostragem quantitativa tem limitações, ressaltamos que são indicadores que sinalizam a realidade do ensino no Rio de Janeiro, mas merecem ser aprofundados em pesquisas futuras. Da consulta ora apresentada, merece destaque o fato de que todas as instituições de

¹³ Foram formuladas duas perguntas abertas: uma pedia a descrição de como a Assessoria de Imprensa está presente no Perfil do Egresso e a outra no Projeto Pedagógico. E, ainda, foram solicitadas a ementa e a carga horária da disciplina Assessoria de Imprensa. Esses resultados deverão ser objeto de outros estudos.



ensino ouvidas ofereciam a disciplina de Assessoria de Imprensa em caráter obrigatório no currículo anterior às atuais DCNs. Mas, de forma paradoxal, uma IES, nas atuais DCNs, diz que “não oferece a disciplina”, enquanto as demais continuam oferecendo de forma obrigatória. Uma resposta que merece aprofundamento diz respeito às disciplinas complementares. Três não oferecem. Mas uma das sete IES oferece cinco disciplinas, sinalizando que este campo profissional pode estar sendo bem contemplado sob o ponto de vista do perfil do egresso.

O corpo docente é um ponto importante a ser avaliado. Considerando que o conceito de aderência se baseia na formação acadêmica do professor e na sua experiência profissional para as disciplinas profissionalizantes (como podemos considerar a Assessoria de Imprensa), a resposta “sempre” de nove das dez IES pesquisadas, sinaliza que as aulas podem estar em sintonia com o mercado de trabalho. Mas essa aderência ainda não se materializa em Projetos de Extensão e Trabalhos de Conclusão de Curso, sendo que este pode se constituir em um trabalho prático de cunho jornalístico ou de reflexão teórica sobre temas relacionados à atividade jornalística (§ 1º, Art. 11º).

Pode ser prematuro avaliar a presença de Projetos de Extensão e Trabalhos de Conclusão de Curso diante da complexidade do debate sobre a natureza da Assessoria de Imprensa e sua relação com os fundamentos do Jornalismo. Os resultados deverão precisar de mais tempo para ser observados. Além disso, deve ser considerado, também, que é recente a integralização do currículo resultante das atuais DCNs. Mas o fato de duas IES oferecerem Projetos de Extensão e uma terceira oferecer Pós-Graduação pode representar um fortalecimento da área de Assessoria de Imprensa. Quanto ao TCC pode-se registrar a presença relevante, mesmo que não se possa quantificar com precisão (oito responderam “sim – menos de 50%”), como fator positivo. O ponto poderá enriquecer, futuramente, a pesquisa acadêmica da área. Por ora,



os dados imprecisos podem indicar que a área de Assessoria de Imprensa continua pouco valorizada em relação às demais no que diz respeito à pesquisa.

Quanto ao estágio, observa-se que em todas as IES o estágio em Assessoria de Imprensa está presente. Tal situação não chega a ser novidade. Há muito que se fala que a Assessoria de Imprensa é a principal porta de entrada para o mercado de trabalho. Mas é necessário buscar mais informações sobre as condições oferecidas aos estudantes. Mapear onde está sendo realizado o estágio acadêmico obrigatório pode contribuir para uma avaliação mais consistente da relação IES-mercado de trabalho.

5. (IN) CONCLUSÕES

Tomando a teoria de Bakhtin (2000) que o discurso é sempre inconcluso, inacabado, chegamos ao final do processo de reflexão deste artigo ressaltando que o presente texto não entrou no debate se o profissional que atua na Assessoria de Imprensa é ou deve ser jornalista. Também não foi nosso propósito analisar a relação do ensino com o mercado de trabalho. Mas poderão ser objeto de outras pesquisas, pois estes aspectos de alguma maneira devem interferir no que o docente leva para a sala de aula.

Nosso foco foi o levantamento preliminar de dados sobre a realidade do ensino de AI no Rio de Janeiro. A resposta de dez das quinze instituições de ensino consultadas é relevante, na medida em que abre o diálogo para o aprofundamento da nossa pesquisa. O fato de todas as IES consultadas já ministrarem a disciplina Assessoria de Imprensa antes das atuais DCNs do Jornalismo também é relevante. Mas é preocupante que a principal porta de entrada para o mercado de trabalho não venha sendo objeto de pesquisas que possam fortalecer um Jornalismo de qualidade na área da Assessoria de Imprensa.



Não podemos comparar a pesquisa de Lopes à nossa, levando-se em consideração que a metodologia utilizada por ele é diversa. Mesmo assim, podemos sinalizar que o ensino de Assessoria de Imprensa continua merecendo pouca atenção dos gestores do ensino de Jornalismo.

A contribuição de Eduardo Meditsch foi decisiva para desvendarmos as memórias subterrâneas do ensino do Jornalismo no Brasil. Foi decisiva para não deslocarmos o lugar de análise do ensino de Assessoria de Imprensa para o mercado profissional. Essa relação ensino-mercado de trabalho merece estudo à parte.

No cenário atual, em que o jornalismo e os jornalistas vêm sendo atacados numa clara ameaça à democracia, a leitura de Michael Pollack revela-se atual e necessária para um diagnóstico da realidade brasileira, considerando as memórias em disputa. No nosso entendimento, o estudo do ensino do Jornalismo precisa estar articulado a esta realidade social. E o ensino da Assessoria de Imprensa merece lugar de análise privilegiado, conforme sinalizam Ferraretto e Morgado quando, no calor da hora, chamam a atenção para o atual contexto de crise sanitária e de intensificação do trabalho em casa, que certamente trarão consequências que deverão ser objeto de muitas outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ANTONIOLI, Maria Elisabete. **Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional**, *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Brasília, v. 4, n. 15, p. 182-197, jul./dez. 2014, p. 182-197.

BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal** (P. Bezerra, Trad.). (3aed.). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019.

_____. Lei 9394/1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>



JORNALISMO | ESPM

____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo.** Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf.

CHAPARRO, Manuel C. **Cem anos de Assessoria de Imprensa.** In DUARTE, Jorge (Org.). Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: teoria e técnica, 4ed, São Paulo: Atlas, 2011.

FENAJ, 2014. **CARTA DO RIO DE JANEIRO - XV ENJAC – ENCONTRO NACIONAL DE JORNALISTAS EM ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO** https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/09/XV_ENJAC_Carta_do_Rio_de_Janeiro.doc, acesso 13/9/2020.

FERRARETO, Luiz Artur e MORGADO, Fernando. **CONVID-19 e Comunicação: um guia prático para enfrentar a crise.** Núcleo de Estudos de Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 10 de abril de 2020.

LOPES, Boanerges. **A realidade do ensino de assessoria de imprensa nos cursos de comunicação.** In: Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Fonte: Revista das Assessorias de Comunicação e Imprensa, Brasília: Fenaj, out. 1997, p. 66-67.

____. **O ensino de assessoria em xeque,** Observatório da Imprensa, edição 351, 17 de outubro de 2005.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-ensino-de-assessoria-em-xeque/>, acesso 13/9/2020.

MEDITSCH, Eduardo. **A Aplicação das Novas Diretrizes Curriculares: Oportunidade para o reencontro do ensino de Jornalismo com o que foi perdido em sua história.** In Fernando Ferreira ALMEIDA, Fernando F., SILVA, Robson B. e MARQUES DE MELO, Marcelo Briseno (Orgs.) "O ensino de comunicação frente às Diretrizes Curriculares". São Paulo: INTERCOM, 2015, p. 64-103.

____. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do Jornalismo.** Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. www.bocc.ubi.pt

____. **No Brasil, ensino de jornalismo retoma a identidade.** Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. XIV, p. 100-111, 2017.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.



JORNALISMO

ESPM